

# Por um rendimento básico incondicional

**Catarina Neves e Roberto Merrill**

Vivemos uma situação excepcional. Uma crise de saúde pública. E uma crise económica. Exigimos por isso a implementação de um Rendimento Básico Incondicional de 450 euros para os cidadãos portugueses acima dos 18 anos, garantindo, simultaneamente, um apoio de 1/3 desse valor para as crianças e

jovens abaixo dos 18 anos.

Propomos um esquema de financiamento dual: 250 euros seriam financiados pelo Estado Português, numa proposta análoga à apresentada por João Duarte e à proposta do economista americano Greg Mankiw. Os restantes 200 seriam financiados pela União Europeia, tendo como base a proposta de “eurodividendo” apresentado pelo filósofo belga Philippe van Parijs.

Por que razões é a nossa proposta mais justa e exequível? Em primeiro lugar, porque propomos que exista um apoio para todos, incluindo crianças e jovens, ainda que com um valor bastante mais baixo. Propomos também que a devolução dos 250 euros da contribuição do Estado Português às famílias seja aplicável apenas a partir de alguns escalões de IRS (a título de exemplo, acima dos 20 mil euros anuais). Desta forma, garantimos um apoio verdadeiramente incondicional para os mais vulneráveis. Ora, a incondicionalidade, no sentido de ser livre de obrigações, é o coração da ideia do RBI.

Além disso, consideramos um período de devolução de pelo menos dois anos, assumindo por isso um carácter de empréstimo mais “paciente”, dando mais tempo às pessoas para pagarem parte ou a totalidade do que receberam. Desta forma, o financiamento pelo Estado Português da medida, que poderá advir quer do Orçamento do Estado, quer a partir da contribuição da dívida pública, seria devolvido na totalidade ou em parte, dependendo dos cenários de perda de rendimento a que assistíssemos no país.

Por outro lado, e talvez mais importante, propomos um financiamento dual – do Estado Português e da União Europeia. Este seria para nós um sinal particularmente relevante de solidariedade no contexto europeu. Além disso, ao incluir a contribuição da União Europeia, reforçamos a posição consensual em relação à necessidade de um pacote generoso de injeção de capital nas economias da zona euro, tal como nos EUA, onde a injeção de capital poderá ir até aos 10% do PIB americano.

E quanto custaria a medida? Para a contribuição portuguesa, uma simples análise do custo total, numa estimativa de seis meses de programa, seria de cerca de 19 mil milhões

de euros, ou seja, 9% do PIB português (valores de 2019). No entanto, neste cenário, não consideramos o valor líquido, ou seja, quanto destes 19 mil milhões serão devolvidos, garantindo a sustentabilidade da medida.

Se tomarmos por base os cálculos do economista de Harvard Greg Mankiw, mas se pensarmos num cenário mais pessimista onde 50% da população entre os 20-64 anos perde cerca de metade do seu rendimento, teríamos o resultado seguinte: todos os que sofreram a perda de metade do seu rendimento devolveriam, por essa razão, metade dos 250 euros recebidos mensalmente por um período de seis meses. Ou seja, teríamos um custo de cerca de 3 mil milhões de euros – considerando que o valor permaneceria intacto sem devolução para pessoas com mais de 65 anos, e para as crianças e jovens. Ou seja, teríamos um custo

de cerca de 1,6%-1,7% do PIB, considerando os cenários de 2019, assim como os cenários de base e pessimistas de contração do PIB, apresentados pelo Banco de Portugal.

É também importante clarificar que na proposta de Greg Mankiw o mecanismo de devolução aconteceria para todos, independentemente do seu rendimento de base, antes da crise. Na nossa proposta, acreditamos que é importante que o mecanismo de devolução não se aplique aos mais vulneráveis.

Quanto à contribuição da União Europeia, seria de cerca de 15 mil milhões de euros, ou seja, 0,11% do PIB europeu (mesmo com cenários de contração entre 1%-2,5%) para o programa a seis meses. Assim sendo, as estimativas apresentadas, embora incluam variáveis que ainda temos como incertas, permitem-nos perceber de que maneira financiar um RBI neste modelo pode ser não apenas justo, mas também exequível.

**Catarina Neves é professora assistente na Nova SBE e investigadora da Universidade do Minho; Roberto Merrill é professor auxiliar no Departamento de Filosofia da Universidade do Minho**



Propomos um RBI de 450 euros para os portugueses acima dos 18 anos e um apoio de 1/3 desse valor para as crianças e jovens abaixo dos 18 anos

# A nossa casa comum

**Helena Freitas**

A epidemia de covid-19 é uma imensa tragédia de saúde pública cuja magnitude se refletirá na economia e na sociedade de forma ainda imprevisível. No meio desta tormenta global, todos desejamos que seja rapidamente encontrada uma vacina e que se desenvolvam as soluções terapêuticas para mitigar o seu impacto imediato.

Mas importa perspetivar para além do contributo da ciência e da tecnologia. Não sendo possível antecipar todas as consequências desta pandemia, vale a pena refletir sobre o que ela nos ensina em relação a nós próprios, em especial no que evidencia da nossa profunda vulnerabilidade, da nossa condição frágil que preferimos esquecer. A verdade é que o nosso estilo de vida e toda a organização económica está alicerçada na convicção de um poder absoluto, como se fosse possível vencer as limitações do próprio corpo e existir para além da nossa condição mortal. Para cumprir este propósito, ajuda uma conveniente desmaterialização da existência, alienando-a da dependência inerente à sua condição biológica e ambiental.

Mas a consciência da nossa vulnerabilidade é fundamental para compreendermos e cuidarmos das relações de dependência uns dos outros. Sermos conscientes dos nossos limites e da nossa interdependência torna-nos mais disponíveis para o outro e apela à nossa responsabilidade pelo mundo em que vivemos. Quando nada nos afeta, quando nos julgamos invulneráveis, é mais fácil atuar de forma irresponsável. A crise que vivemos pode ser a oportunidade para adotarmos uma outra responsabilidade, impulsionando a necessária transformação sistémica dos modos de produção, das práticas de consumo, das relações comerciais, dos comportamentos sociais e estilos de vida, enfim, da transição para um outro modelo de desenvolvimento e uma nova organização social saudável e ajustada aos limites do planeta. Julgo que estamos hoje mais preparados e mais disponíveis para esta transição, no que deve ser um desígnio convergente e estimulante para todas as sociedades do mundo.

Não há dúvida de que a pandemia que vivemos realça o excesso e a irracionalidade do nosso sistema de produção e de consumo, expondo uma evidente convergência de crises ecológica e de saúde. Constatamos que os novos vírus são

geralmente de origem animal porque, ao destruímos os ecossistemas e ocuparmos o habitat dos animais selvagens, forçamos a sua aproximação às comunidades humanas. Por outro lado, numa economia aberta e global, os vírus circulam e não se controlam os efeitos de múltiplos intercâmbios. Somos vítimas de um sistema económico que se foi afirmando numa crescente cegueira perante os limites planetários, e que nada faz perante as consequências para a saúde da obsessão pelo lucro.

O modelo de desenvolvimento em que assenta toda a atividade económica gera riscos colossais para a saúde e tremendos impactos sociais e ambientais, ao mesmo tempo que alimenta uma desigualdade que se tornou insustentável. É imperioso conseguir fazer diferente; a proteção dos mais vulneráveis, a educação, a agricultura, o uso de recursos naturais não podem ficar subordinados ao ditame do máximo

proveito. Esta pandemia pode ser uma oportunidade para refletirmos sobre uma transição gradual, adaptada, que não responde apenas ao desafio das alterações climáticas, mas representa um projeto firme de construção civilizacional. O verdadeiro desafio hoje é fazer desta crise uma oportunidade de transformação individual e coletiva

planeta comprometido pela ecologia, pela saúde e pela paz; um mundo maior do que nós mesmos, assente na cumplicidade, na diversidade e na cooperação, capaz de acolher e de cuidar a pluralidade das formas de vida. Não se trata de restaurar e regressar a uma condição prévia, mas sim de propor alternativas pelo bem universal, com criatividade e cooperação, apoiando a transição para as atividades de baixo carbono e resilientes ao clima, impulsionadas por investimentos justos, capacitação, conhecimento, e abraçando a sabedoria do mundo, que é afinal uma casa comum.

**Professora da Universidade de Coimbra**



O verdadeiro desafio hoje é fazer desta crise uma oportunidade de transformação individual e coletiva